

Aceder aos sujeitos: pistas e reflexões a partir de pesquisas com adolescentes

Maria Manuela Vieira¹, Lia Pappámikail².

¹ ICS-University of Lisbon, Portugal. mmfonseca@ics.ulisboa.pt

² ESES-Santarém Polytechnic Institute. lia.pappamikail@gmail.com.

Resumo. Nesta comunicação apresentamos um conjunto de reflexões metodológicas a partir de duas pesquisas empíricas desenvolvidas com adolescentes. Em concreto, refletimos acerca dos obstáculos presentes num dos momentos mais críticos de qualquer pesquisa empírica que é o do acesso aos sujeitos, neste caso adolescentes, cuja condição híbrida e transitória coloca desafios metodológicos particulares. A partir do diálogo reflexivo entre duas experiências de investigação com resultados contrastantes evidenciamos a importância de criar condições para que ao acesso aos participantes se associe, também, cooperação.

Palavras-chave: Acesso; Adolescentes; Entrevistas; Reflexividade epistemológica.

Accessing participants: clues and reflections from research with adolescents

Abstract. In this paper we present a set of methodological reflections from two empirical researches conducted with adolescents. Specifically, we reflect on the obstacles present in one of the most critical moments of any empirical research which is the access to the subjects, in this case adolescents, whose hybrid and transitory condition poses particular methodological challenges. Based on the reflexive dialogue between two research experiences with contrasting results, we highlight the importance of creating conditions so that besides accessing participants, cooperation also occurs.

Keywords: Access; Adolescents; Interviews, Epistemological reflexivity

1 Introdução

Nesta comunicação iremos refletir sobre as especificidades da investigação sociológica com adolescentes a partir do cruzamento de duas experiências de terreno cujos resultados divergentes permitiram a identificação de um conjunto questões metodológicas relevantes.

Na verdade, os manuais de métodos e técnicas em ciências sociais são pródigos em alertar para o facto de a investigação científica não deixar de ser ela mesmo um processo social, face ao qual o investigador tem de estar devidamente munido para lidar com as dinâmicas que cada nova pesquisa desencadeia. As propriedades sociais dos interlocutores (investigador e sujeito(s) da investigação), as circunstâncias e as temporalidades em que a pesquisa ocorre (grau de saturação da atividade de pesquisa no território em análise, duração da relação empírica, ciclo de vida em que o sujeito é captado, cenário da observação, só para mencionar alguns exemplos) são apenas alguns dos ingredientes que se jogam decisivamente neste processo.

Pesquisar adolescentes, em particular, requer precauções adicionais por parte do investigador. No quadro dos estudos de juventude, os adolescentes constituem um objeto específico dado o carácter especialmente híbrido e transitório da sua condição. Mergulhado num duplo processo de crescimento (físico) e amadurecimento (moral e cognitivo), o adolescente exhibe, com alguma frequência, algumas vulnerabilidades (Breviglieri, 2007), a mais importante das quais é a ambiguidade identitária que se manifesta na tensão entre uma reivindicação autonómica, em clara desvinculação da tutela dos

adultos, e uma (ainda) forte dependência (económica e estatutária) dos seus progenitores, o que o aproxima da condição tutelada da infância (autor 2, 2011, 2013). Por outras palavras, a sua identidade (ainda muito provisória) vai-se construindo dentro destes limites dilemáticos - a pretensão à autonomia e a ausência efetiva de condições (materiais e jurídicas) para lhe aceder. Neste processo de construção de si ancorado num eu dubitativo, aqueles que partilham a mesma condição, isto é, os pares desempenham um papel decisivo enquanto instância de validação identitária e abrigo existencial do adolescente, amortecendo as angústias de trilhar sozinho a «descoberta do mundo» e oferecendo um espaço vital de reconhecimento e celebração coletiva (Singly, 2006; Jarvin, 2004).

Não raras vezes o processo de filiação intensiva nos pares é acompanhado de um relativo fechamento ao mundo adulto (e aos adultos eles próprios), não obstante a proclamada «abertura democrática» vigente, nomeadamente, na família relacional moderna (Singly, 2000). Um fechamento que tenta, nem sempre com sucesso, defender o «mundo adolescente» de um escrutínio adulto que pode ameaçar liberdades provisoriamente conquistadas ou sancionar práticas e representações culturais.

Importante será dizer que tais propriedades constitutivas da condição adolescente na contemporaneidade não desqualificam o adolescente enquanto sujeito. À imagem de qualquer outro sujeito de pesquisa, com as suas confissões, omissões e ambiguidades, ele apresenta-se ao investigador como um indivíduo competente na produção de um discurso reflexivo sobre os seus mundos de vida, sobre a atribuição de sentidos que lhes confere e na (re)produção de códigos e linguagens culturais do grupo que lhe serve de pertença (e referência) - códigos e linguagens especificamente juvenis, com acentuada marca grupal e geracional.

As especificidades do retrato analiticamente traçado do adolescente têm potenciais consequências no desenho metodológico e na implementação da pesquisa empírica. Desde logo, por que o investigador exhibe ele próprio o estatuto de adulto, o que pode suscitar junto do interlocutor adolescente efeitos conotativos com as figuras tutelares perante as quais ele pretende afirmar-se como ser autónomo, desvinculado das subordinações observadas na infância (progenitores, professores e outros adultos significativos). Depois, por que sendo o adolescente um sujeito social em construção - cujo palco privilegiado de experimentação situa-se no universo dos pares, fonte de acolhimento e partilha existencial -, a relutância no acesso e na partilha de informação com indivíduos exteriores ao grupo amical, da “philia”, pode revelar-se hipótese plausível com a qual o investigador se poderá deparar.

As reflexões que aqui apresentamos, a partir de duas pesquisas empíricas, visam justamente evidenciar alguns dos possíveis impactos da especificidade da pesquisa com adolescentes; em concreto, iremos debruçar-nos sobre um dos momentos críticos que ambas as pesquisas tiveram de enfrentar - com resultados bem distintos. Depois de apresentarmos brevemente os dois projetos em causa e de justificar as opções metodológicas inicialmente adotadas, iremos então refletir sobre as vicissitudes que envolvem a etapa do acesso aos jovens-adolescentes. Para finalizar, tentaremos sistematizar as questões metodológicas mais pertinentes retiradas do exercício comparativo aqui ensaiado.

2.Os projetos: objetos e abordagens

Embora contemplando objetos de estudo relativamente distintos, os dois projetos de investigação, já concluídos, que fundamentam a reflexão teórico-metodológica aqui ensaiada apresentam alguma homologia, quer no método - qualitativo, envolvendo a técnica da entrevista - quer na abordagem adotada - a pesquisa intergeracional com pais e filhos adolescentes.

Com o projeto “A.....” (doravante pesquisa “A”) propusemo-nos estudar os processos que envolvem as opções vocacionais realizadas por jovens alunos em contexto escolar, enquanto dimensão da individuação (autor 1, 2015). Com efeito, na contemporaneidade, as escolhas vocacionais que os alunos são convidados institucionalmente a fazer em determinadas etapas da escolaridade obrigatória,

em nome da construção de um projeto (de vida) com consequências no futuro, não deixam de constituir processos e momentos críticos nas suas biografias, vividos de forma mais ou menos intensa, envolvendo dúvidas e incertezas que cabe a cada jovem aluno enfrentar.

Nesse sentido, perscrutar o ponto de vista dos adolescentes, entender o modo como interpretam essa experiência social, constituiu um dos objetivos centrais da pesquisa, com claras implicações metodológicas. A opção pela técnica da entrevista compreensiva (Kaufmann 1996), realizada de forma individual a alunos do ensino secundário pareceu-nos a estratégia metodológica mais apropriada uma vez que nos permitia reconstituir uma dada trajetória escolar única, apurar os constrangimentos, mas também os suportes que a envolveram, bem como o(s) sentido(s) que ela assumiu/assume para o próprio. Neste caso, apesar das vantagens reconhecidas à entrevista em grupo (focus groups) junto de crianças e jovens - a possibilidade de acesso aos sentidos construídos no contexto da cultura de pares; o maior equilíbrio de poderes entre entrevistador (adulto) e entrevistado (criança ou adolescente) pelo facto de estes se encontrarem em maioria e em relação “entre si” na situação de entrevista (Gubrium e Holstein, 2001) - o objeto de estudo em concreto parecia aconselhar uma inquirição privada e não coletivamente transacionável.

No mesmo sentido se posicionou a segunda pesquisa que inspira estas reflexões, “B.....” (doravante pesquisa “B”) (autor 2, 2013). Nesta investigação procurou-se examinar os processos de construção da autonomia na adolescência, com particular destaque para as negociações familiares da liberdade e independência juvenis, quer no espaço público quer no espaço privado do quarto e da casa. A inquirição dos jovens visava reconstituir os seus percursos e universos de vida, entrecruzando, a partir do seu olhar e experiência, os vários territórios em que circulavam: a casa, a escola, os espaços de sociabilidade, entre outros. Ora, num registo que se adivinhava singular, a entrevista individual afigurou-se, também, como a opção metodológica «natural» a inscrever no desenho de pesquisa, ainda que complementada por outras técnicas como a observação, por exemplo.

Em ambas as pesquisas a componente intergeracional assumiu-se, igualmente, como um componente fundamental da investigação, ao permitir uma texturização dos objectos. No caso da pesquisa “A”, sabíamos que as escolhas vocacionais, embora protagonizadas no singular, não deixam de ser processos bem mais complexos, feitos de constrangimentos e possibilidades, e que envolvem direta ou indiretamente uma pluralidade de “outros significativos” (Berger e Luckmann, 1973): professores, pais, orientadores escolares, amigos, entre outros. Os progenitores, em particular, assumem um lugar fulcral nesse processo, pelo suporte conferido à escolaridade dos filhos. Na verdade, a centralidade que a escola assume na contemporaneidade tem contribuído para instituir a escolaridade como um novo laço de filiação entre pais e filhos (Cicchelli, 2001). Assim, associado ao sentido conferido pelos adolescentes à sua experiência escolar, tínhamos ainda contemplado no desenho da pesquisa a pretensão de explorar a dimensão do apoio parental às escolhas vocacionais dos filhos, ou seja, as dinâmicas informais de orientação e aconselhamento que desenvolvem (ou não) com os descendentes e, desta forma, captar elementos de reciprocidade pais-filhos em termos escolares. O procedimento metodológico passava, pois, pelo cruzamento de perspectivas intergeracionais sobre o mesmo processo, em simetria com o adotado junto dos filhos - entrevistas individuais (a um dos progenitores), guião com temáticas comuns - na convicção de que tal garantiria uma triangulação (Denzin & Lincoln, 2000) enriquecida da informação a obter.

Também no caso da pesquisa «B», em que se perscrutavam processos de construção de si, mobilizar outro ponto de vista, desta feita sobre percursos de individuação em curso, se revelou fundamental. Com efeito, as vivências dos jovens adolescentes foram olhadas a partir de uma plataforma de observação particular que é a família, em virtude de se lhe reconhecer um protagonismo singular no processo de individuação. Adotou-se, pois, um procedimento semelhante à pesquisa «A»: cada «caso» era constituído por uma entrevista individual ao jovem e outra realizada com pelo menos um dos seus progenitores. Com este desenho, também se pretendia promover a triangulação da informação

recolhida, embora a aferição da verdade factual não fosse o principal objetivo, antes importando o confronto entre duas narrativas sobre uma experiência (parcialmente) partilhada (ver, a este propósito, Charmaz 2000; Janesick, 2000; Maroy 1997; Stake 2000).

Várias são as razões que justificam a escolha da família, estando entre as principais o facto de, apesar de as relações amicais serem nesta fase da vida criadas em abundância, já as familiares são intensamente transformadas, na medida em que o sistema de relações familiares e respetivos protagonistas são forçados à recomposição quando o jovem tenta aceder (com maior ou menor dificuldade e empenho) à condição de indivíduo no seio da família, reivindicando mais liberdade de ação e circulação. Este processo estará orientado para a obtenção de uma maior simetria relacional na família, ou seja, no sentido do reconhecimento mútuo da igualdade em dignidade e autonomia, amenizando os desníveis hierárquicos vigentes durante uma infância. Esta opção metodológica não negligenciou a já reiterada centralidade dos pares nos processos constitutivos da identidade juvenil, antes significa que nos centrámos sobretudo na análise do processo de ajustamento relacional recíproco à medida que, recorrendo aos termos de Breviglieri (2007), o adolescente cresce e amadurece.

Não obstante, o desenho concebido para o trabalho empírico, utilizando estratégias de acesso e contextos de inquirição diferentes, resultou em caminhos de pesquisa algo contrastantes. Como veremos, a similitude de forma (metodológica) não produz necessariamente consequências processuais padronizadas, o que permite sublinhar a importância decisiva que as micro-opções de operacionalização tomadas no decurso da empiria assumem na amplitude dos resultados que se pode obter. Vejamos com detalhe um dos “momentos críticos” das duas pesquisas: o acesso aos sujeitos adolescentes.

3. Aceder aos sujeitos: do acesso conquistado ao acesso imposto

Como bem referem Booth et. al (2003), o processo de investigação constitui um verdadeiro trabalho de artesanato, de contornos únicos e irrepetíveis, e que implica, frequentemente, reajustamentos no plano inicial de pesquisa em função de circunstâncias várias, não totalmente controláveis (recursos disponíveis, grau de abertura dos sujeitos e/ou das comunidades locais à prática da inquirição, constrangimentos de tempo, entre outros). Além disso, não raro a investigação enfrenta no seu decurso imprevistos teórico-metodológicos oportunamente sinalizados por Merton sob o termo de “serendipidade”, referindo-se

à experiência bastante comum da observação de um dado imprevisto, anómalo e estratégico, que se transforma em causa para o desenvolvimento de uma nova teoria ou para a ampliação de uma teoria já existente, ou ainda que origina uma pressão sobre o investigador para que dê um novo rumo à pesquisa, a fim de ampliar a teoria. (Merton, 1970, p.172-173)

De entre os procedimentos nevrálgicos no plano da pesquisa empírica está, justamente, o acesso aos sujeitos. Após definida a população/populações a inquirir, há requisitos incontornáveis a cumprir (Adler & Adler, 2001). Desde logo, tratando-se a população-alvo selecionada de pessoas tuteladas, ou membros de instituições, poderá haver lugar a uma negociação (mais ou menos intensa) por forma a obter autorização de acesso por parte dos seus “gatekeepers”. O que nem sempre está garantido à partida... Depois, ultrapassado este obstáculo, trata-se de negociar com cada sujeito a sua participação voluntária na pesquisa, respaldada num conjunto de procedimentos éticos comumente utilizados¹, e conquistar a sua confiança de modo a garantir a sua cooperação no processo de partilha de informação (Wanat, 2008).

¹ No caso específico da Sociologia, as associações científicas internacionais e nacionais dispõem igualmente de códigos deontológicos próprios que orientam os seus profissionais no exercício da atividade.

Ora, o acesso aos sujeitos constituiu claramente um “momento crítico” das duas pesquisas em referência e estratégias divergentes de condução desta etapa determinaram desfechos distintos na investigação.

No caso da pesquisa “B”, a inclusão dos entrevistados na amostra resultou de um processo de aproximação gradual, aspeto que se revelou crítico para desbloquear a relutância dos jovens a participar ativamente em investigações permitindo ao pesquisador entrever a riqueza dos seus universos de vida. Atribuir ao processo de recrutamento uma temporalidade razoavelmente longa contribuiu justamente para ganhar a necessária confiança dos entrevistados, o que é aliás considerado um elemento chave no sucesso das pesquisas com crianças e jovens que tendem, como já referimos, a exercer um fechamento defensivo em relação aos adultos (Eder & Fingerson, 2001; Danic, Delalande & Rayou, 2006).

De facto, construiu-se ao longo desse processo uma relação próxima com alguns jovens, pautada pela reciprocidade, mantida através do diálogo e partilha regulares, com recurso deliberado aos códigos e linguagens que lhes eram familiares, o que pode ter contribuído para mitigar as resistências iniciais em relação a este «outro» adulto, apesar de tudo «estranho». Importa esclarecer, porém, que mais do que um plano instrumental, previamente arquitetado para o recrutamento dos 18 entrevistados pretendidos na amostra do estudo, procurou-se maximizar as oportunidades disponíveis para o acesso à população em causa. Como princípio norteador, esse sim previamente estruturado, a mobilização dos jovens na sua condição de indivíduo singular (i. e. no espaço intersticial entre os seus vários territórios de existência), ao invés de o fazer na sua condição de filho (significando isto que os contactos iniciais eram feitos junto dos pais e não do jovem), de aluno (através da escola ou de professores) ou enquanto membro de uma qualquer «tribo» ou cultura juvenil (favorecendo eventuais enclausuramentos identitários).

Na verdade, a pesquisa exploratória decorreu na sequência de uma iniciativa científica em que o pesquisador participou como monitor. Uma oportunidade, portanto, para estabelecer contactos privilegiados com jovens (potenciais participantes), oriundos das três localizações selecionadas para a inquirição (contexto urbano, peri-urbano e rural). A relação de familiaridade, criada num quotidiano partilhado, de forma breve mas intensa, e a manutenção posterior destes contactos através de dispositivos relacionais virtuais (MSN Messenger, o mais utilizado canal de mensagens instantâneas de então) contribuiu certamente para a «naturalidade» com que as solicitações posteriores foram recebidas pelos jovens, que se disponibilizaram prontamente para participar na investigação através de uma entrevista presencial e, mais importante, para contribuir ativamente para o recrutamento de outros entrevistados.

Se a falta de reconhecimento enquanto indivíduos de pleno direito é um dos aspetos que caracteriza as representações sociais da juventude enquanto categoria cultural (dificultando, de certa forma, as interações entre os jovens e os adultos), capacitar estes jovens para intervir como intermediários no acesso a outros jovens das suas redes de sociabilidade revelou-se, pois, uma estratégia certa e largamente bem-sucedida. Mais, tendo estes mesmos jovens já passado pela inquirição, confiou-se que a sua experiência pessoal, partilhada na 1.ª pessoa com os potenciais entrevistados, contribuisse para mitigar as expectáveis resistências e desconfianças que Eder & Fingerson (2001) atribuem, entre outras razões, ao desequilíbrio de poder (geracional, estatutário) entre investigador e sujeito.

De forma geral, foi de facto o que aconteceu. No momento das entrevistas, algumas barreiras pareciam efetivamente já ter sido ultrapassadas através do processo de intermediação, pelo que a recetividade foi a norma e a entrevista pareceu constituir efetivamente mais um momento de *empowerment* (ser suficientemente importante para participar numa investigação científica) do que de avaliação ou julgamento (perceção que pode reforçar barreiras defensivas no jovem que é solicitado a partilhar aspetos, alguns dos quais íntimos, do seu percurso e vivência). Realçar, por fim, que a relação e o diálogo com os jovens inquiridos não findou com o término da inquirição, uma vez que se procurou

manter, de forma não intrusiva, o contacto (virtual) com os entrevistados que o desejassem, para desenvolver temas e precisar ou atualizar informações, mas também para responder às solicitações dos jovens que por vezes queriam, simplesmente, conversar sobre os seus quotidianos.

Na verdade, a reciprocidade que garante a necessária empatia no momento da inquirição, fruto da «confiança» conquistada, terá como consequência (senão deontológica, pelo menos ética) responsabilizar o investigador perante os jovens que participam na pesquisa, não explorando aquilo que referimos como a vulnerabilidade intrínseca à condição adolescente (hesitante e dubitativa como já se sublinhou) de forma oportunista. Um compromisso que implicou, na pesquisa «B», uma gestão flexível e, sobretudo, reflexiva do distanciamento crítico (dos dados, mas também dos sujeitos) que as boas práticas da análise e interpretação empírica sugerem. Ainda que não subscrevamos, de todo, uma perspetiva asséptica da investigação, não deixou de constituir um dilema que contribuiu fortemente para robustecer a praxis metodológica da pesquisadora.

Por seu turno, no caso da pesquisa “A”, o procedimento conducente ao acesso aos sujeitos seguiu um rumo bem diferente. O acesso aos jovens adolescentes foi mediado por “adultos intermediários” (Danic, Delalande & Rayou, 2006): um “professor de contacto” em cada uma das três escolas secundárias que tinham sido palco de anteriores etapas empíricas do projeto assumiu a tarefa de recrutar alunos a entrevistar (8 em cada escola) que correspondessem aos critérios previamente fixados pela equipa de investigação. Acreditávamos que assim garantiríamos, de uma só vez, tanto a diversidade (social e académica) desejada no lote de potenciais inquiridos, como a redução sensível do tempo de acesso aos mesmos, uma vez que a injeção à participação voluntária dos alunos na pesquisa seria previamente assegurada por quem, como os seus professores, exerce sobre eles um certo ascendente.

Tal presunção veio a provar-se parcialmente errada. Se, de facto, a pesquisa aparentemente beneficiou da celeridade imprimida ao processo de acesso à população jovem a inquirir, cumprindo os tempos apertados previstos na planificação do projeto, esse acesso mediado acabou por ter múltiplas consequências, uma das quais foi ficarmos dependentes dos filtros impostos por terceiros - os professores de contacto - na apresentação da pesquisa. Sem dominarmos o processo de negociação que precedeu o recrutamento de inquiridos, quer na apresentação dos objetivos do projeto, quer nas dinâmicas de poder adulto-jovem envolvidas na angariação (forçada?) de candidatos à entrevista, falhámos a etapa decisiva - embora por vezes prolongada no tempo - da conquista da confiança dos sujeitos a entrevistar. Chegados ao momento e local apazado da entrevista, deparámo-nos com jovens interlocutores revelando uma gama variada de disposições à situação de co-presença proposta - das mais propícias às mais renitentes - o que, em alguns casos, constituiu um forte entrave à cooperação dos participantes e, assim, à possibilidade de maximização da informação por eles prestada.

4. Conclusão

Nesta comunicação propusemo-nos examinar, respaldadas numa reflexividade metodológica que só alguma distância do exercício de terreno permite, as especificidades do trabalho com um público específico - os adolescentes.

Os planos metodológicos arquitetados para ambas as pesquisas, apoiados desde a sua génese pelos inúmeros manuais especializados, plenos de alertas e recomendações, pareciam oferecer, à partida, garantias de sucesso. No entanto, como vimos, o desenrolar de ambas as pesquisas, cujos bastidores do acesso às populações em estudo aqui expusemos, desafiaram os pressupostos e crenças teóricas e metodológicas inscritas de forma otimista no seu desenho. Sujeitos às condicionantes de tempo e contexto, imprevistos e constrangimentos diversos, a pesquisa faz-se tanto da aplicação de planos e protocolos metodológicos rigorosos, com vista à «fiabilidade» dos dados recolhidos, como de

adaptações e ajustamentos, solicitando permanentemente flexibilidade, competência indispensável ao investigador que se move nos terrenos qualitativos.

Procurámos mostrar como para alguns dos «problemas» surgidos nas duas pesquisas foram ensaiadas soluções, com maior ou menor sucesso nos seus resultados. Valerá a pena elencá-las, registando aqueles que considerámos os aspetos mais críticos que poderiam, caso fosse possível voltar ao ponto de partida, ter ditado outros resultados.

O acesso à população em estudo é, sem dúvida, um potencial «problema» em qualquer investigação sociológica. Tratando-se de adolescentes importa assegurar algumas condições particulares. Por serem, até aos 18 anos, menores de idade, o consentimento por parte dos progenitores ou outro guardião legal deve ser assegurado. Porém, um excessivo formalismo no modo como é obtido, contrário até certo ponto à lógica intrinsecamente flexível da investigação qualitativa, como justamente sublinha Ferreira (2014), bem como o modo como é interpretado pelo adolescente, pode ter efeitos perversos na investigação: um sujeito «recrutado» (com recurso, quem sabe, a dinâmicas de autoridade totalmente alheias ao pesquisador, como se viu na pesquisa «A») pode até participar na investigação. Mas não se garantindo uma participação voluntária e comprometida, as barreiras à partilha de informação estarão reforçadas antes mesmo de se dar o momento da interação. Uma temporalidade adequada a uma aproximação gradual do terreno, o recurso a informantes privilegiados para a intermediação com os pares, claramente capacitadora dos sujeitos, podem, por contraste, contribuir para conquistar a indispensável «confiança», mitigando resistências e relutâncias.

Assegurados os interlocutores, a entrevista constitui sempre, ainda assim, um encontro entre (dois) «estranhos»: além do acesso há que garantir cooperação por parte do sujeito. O estranhamento pode ser mitigado, como se argumentou, através de um processo de aproximação gradual e de conquista de confiança, mas por mais bem-sucedido que este seja não é capaz de eliminar jamais, por si só, a assimetria inerente ao posicionamento investigador-investigado. Com este, como com outros públicos especialmente «relutantes», vários atributos do investigador - alguns dos quais ele não pode manipular, a começar na idade, passando pelo género e não esquecendo o poder estatutário conferido pela condição de adulto e investigador - colocam desafios à interação.

Uma análise crítica dos procedimentos adotados, permite-nos avançar com a hipótese de que a capacitação do jovem para a intermediação com outros potenciais sujeitos de pesquisa enquanto estratégia de mobilização, terá melhores resultados se o compromisso do jovem com a investigação, alimentada porventura por uma crença sobre a sua pertinência e/ou utilidade, já estiver estabelecida. Possibilidade que, tendo em conta as dificuldades ao nível da cooperação durante as entrevistas, parece ter sido, irremediavelmente, posta em causa na pesquisa «A». Ainda assim, mesmo acreditando nas virtudes de uma abordagem singularizada, cimentada por contactos regulares prévios e posteriores ao momento da inquirição, é forçoso realçar o facto de ter sido possível na pesquisa «B», em função da existência desses mesmos contactos, reiterar as solicitações junto dos jovens, quando se pressentia que estas tivessem ficado num (in)voluntário esquecimento. Ou seja, talvez se não tivesse sido assegurada essa salvaguarda, o desfecho se tivesse assemelhado mais ao da pesquisa «A». Em suma, o diálogo aqui plasmado, revisitando o percurso metodológico de duas pesquisas e seus (in)sucessos, permitiu clarificar (valiosas) aprendizagens metodológicas, e não só. Com efeito, importa notar que a riqueza da informação produzida encontrou-se não só naquela que fomos capazes de recolher, mas também naquela a que não conseguimos aceder. Esta última permite ao investigador comprometido com o conhecimento (muito diferente do investigador que oculta ou dissimula os dados empíricos que contrariam as suas formulações) produzir reflexividade teórico-metodológica e, assim - espera-se! -, contribuir para o património de saber sobre o objeto.

Referências

- Adler, P. A., & Adler, P. (2001). The reluctant respondent. In J. F. Gubrium & J. A. Holstein (Eds.), *Handbook of Interview Research. Context and Method*, 515-535. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Berger, P., & T. Luckmann (1973). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Booth, W. C., Colomb, G., & Williams, J. M. (2003). *The craft of research* (2nd ed.). Chicago & London: The University of Chicago Press.
- Breviglieri, M. (2007). Ouvrir le Monde en Personne. Une Anthropologie des Adolescences. In M. Breviglieri, & V. Cicchelli (Eds.), *Adolescences Méditerranéennes*, 19-58. Paris: L'Harmattan.
- Cicchelli, V. (2001). *La construction de l'autonomie. Parents et jeunes adultes face aux études*. Paris : PUF.
- Charmaz, K. (2000). Grounded Theory. Objectivist and Constructivist Methods. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*, 2nd ed., 509-533. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Danic, I., Delalande, J. & Rayou, P. (2006). *Enquêter auprès d'enfants et de jeunes. Objets, méthodes et terrains de recherche en sciences sociales*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2000). Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd edition, 1-18. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Eder, D., & Fingerson, L. (2001). Interviewing Children and Adolescents. In J. F. Gubrium & J. A. Holstein (Eds.), *Handbook of Interview Research. Context and Method*, 181-198. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Ferreira, V. S. (2014). Artes e manhas da entrevista compreensiva. *Saúde e Sociedade*, 23 (3), 979-992.
- Gubrium, J. F. & Holstein, J. A. (Eds.) (2001). *Handbook of Interview Research. Context and Method*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Janesick, V. J. (2000). The Choreography of Qualitative Design. Minuets, Improvisations and Crystallization. N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd edition, pp. 379-399). Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Jarvin, M. (2004). Groupe de pairs et relations d'amitié. In C. Pugeault-Cicchelli, V. Cicchelli & T. Ragi (Eds.), *Ce que nous savons des jeunes*, 41-51. Paris: Puf.
- Kaufmann, J.-C. (1996). *L'entretien compréhensif*. Paris: Nathan.

- Maroy, C. (1997). A análise qualitativa das entrevistas. In L. Albarello, F. Digneffe, J.-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy & P. d. Saint-Georges (Eds.), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Merton, R. K. (1970). *Sociologia - teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Singly, F. de (2000). *O Eu, o Casal e a Família*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Singly, F. de (2006). *Les adonaissants*. Paris: Armand Colin.
- Stake, R. E. (2000). Case Studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.). *Handbook of qualitative research*, 134-164. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Wanat, C. (2008). Getting past the gatekeepers: differences between access and cooperation in public school research. *Field Methods*, 20 (2), 191-208.